



EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 23/2026

GMS 1099/2026

Processo nº 25.888.430-2

UASG 459651

Modalidade: Pregão Eletrônico

1. PREÂMBULO

1.1 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 171/2025, de 05/06/2025, e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, Lei Complementar Federal nº 123/2006, suas alterações, e demais normas aplicáveis, torna público a realização de Licitação, na modalidade, **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para contratação do objeto descrito na Cláusula 3, em **REGIME DE FORNECIMENTO COM ENTREGA ÚNICA**.

2 – RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES

2.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **Compras.gov.br**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **www.compras.gov.br**

2.1.1 O edital está disponível nos endereços eletrônicos <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br e www.licitacao.uenp.edu.br.

2.1.2 Os autos do processo da licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema e-protocolo no site www.e-protocolo.pr.gov.br, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

2.2 Acolhimento das propostas: **até as 09:00 horas do dia 18/08/2026**.

2.3 Disputa de Preços: **as 09h05min do dia 18/08/2026**.

2.4 Modo de Disputa: **Aberto e Fechado**.

2.5 Critério de Julgamento: **Menor Preço por Lote**.

2.6 Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).



2.7 Na hipótese de indisponibilidade do sistema Compras.gov ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame, a sessão será remarcada, com um prazo mínimo de 24 horas para abertura a partir do aviso de remarcação no sistema.

3 – OBJETO

3.1 O presente Edital tem como objeto a **Aquisição de materiais educativos para suprir às necessidades da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC e do projeto de extensão Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJ da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, para atendimento à operação Rondon Paraná 2026.**

3.2 Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no portal Compras.Gov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações do Edital.

4 – VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

4.1 O valor máximo total desta licitação é de **R\$ 17.695,05 (dezessete mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinco centavos).**

5 – DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAÇÕES

5.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital desta licitação, conforme disciplina o Art. 164 da Lei 14.133/21.

5.2 Os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações deverão ser formulados por escrito, encaminhados por meio do e-mail **licitacao@uenp.edu.br**.

5.3 Os pedidos serão analisados e decididos pela Comissão de Licitação, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4 Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações, apresentados após o prazo estabelecido, levando-se à presunção de total e irrestrito aceite aos termos e condições fixados no edital e seus anexos.

5.5 Fica a critério do Pregoeiro, exclusivamente, conhecer os pedidos encaminhados de forma diversa a estabelecida no item 5.2.

6 – ORIGEM DOS RECURSOS



6.1 Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária nº 4560.19.571.33.8153. Natureza de despesa: 3390-3014. Fonte: 759.

7 – DO LOCAL, DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 Os objetos deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, no seguinte endereço:

- **Reitoria:** Avenida Getúlio Vargas, nº 850 – Centro, Jacarezinho/PR – CEP 86.400-000;
- **Campus de Jacarezinho:** Avenida Manoel Ribas, nº 215, 1º Andar – Centro, Jacarezinho/PR – CEP 86.400-000.

7.2 As entregas dos objetos deverão ser realizadas em locais distintos e com sua respectiva quantidade, em embalagem original de fábrica, acompanhado de nota fiscal/fatura, das 08h às 12h, ou das 14h às 16h, na forma que segue:

- **Lote 01:**

Item	Descrição	Quantidade	
		Reitoria	CJ
1	Canetinha colorida	28	10
2	Kit caneta retroprojeter	10	3
3	Lápis de cor	20	-
4	Tinta guache branca	10	-
5	Tinta guache preta	10	-
6	Tinta guache azul	10	-
7	Tinta guache verde	10	-
8	Tinta guache vermelha	10	-
9	Tinta guache amarela	10	-
10	Massa de modelar	10	10
11	Tesoura sem ponta	40	-
12	Tesoura para uso geral	15	10
13	Refil de bastão de cola quente grossa	6	1
14	Refil de bastão de cola quente fina	-	2
15	Bobina de papel kraft	5	1



16	Cola branca escolar	30	10
17	Cola branca escolar 1kg	7	-
18	Cola de silicone	20	10
19	Cartolina branca	10	1
20	Placa de EVA marrom	7	-
21	Placa de EVA vermelho	7	-
22	Placa de EVA laranja	10	-
23	Placa de EVA amarelo	8	1
24	Placa de EVA verde	8	-
25	Placa de EVA verde-escuro	8	-
26	Placa de EVA branca	7	1
27	Placa de EVA preto	10	1
28	Placa de EVA roxo	5	-
29	Papel vergê	-	20

- **Lote 03:**

Item	Descrição	Quantidade	
		Reitoria	CJ
1	Jogo de xadrez.	30	-
2	Relógio de xadrez.	5	-
3	Jogo de dominó.	-	1

- **Lote 02, 04 e 05:** Entrega INTEGRAL no Campus Jacarezinho da UENP.

- **Lote 06, 07 e 08:** Entrega INTEGRAL na Reitoria da UENP.

7.3 O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega dos produtos.

7.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação mediante “atesto” na fiscal/fatura, circunstanciada pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do processo.

7.5 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



7.7 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação enviada pela UENP.

7.8 Os objetos deverão ter garantia/validade mínima de 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis, contados do recebimento definitivo do material, prevalecendo a garantia/validade oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.

8 – DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega definitiva dos itens solicitados e a aprovação do profissional indicado pela UENP, responsável pela supervisão.

9 – DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

9.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema **Compras.gov.br**

9.2 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema.

9.3 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao o sistema de compras eletrônicas implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao Pregão.

9.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 Os interessados em participar devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas Compras.gov.br

10.2 Poderão participar do presente certame todos os interessados que preencham as condições exigidas neste edital e que:

- a) não tenham sido declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público;
- b) não estejam em processo de falência ou concordata;
- c) não estejam proibidas de transacionar com o Poder Público.

10.3 Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem nas situações de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021



10.3.1 Não poderão participar as empresas inseridas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (com sanção de impedimento de licitar/contratar com o Estado do Paraná).

10.4 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

10.5 É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) empresa que esteja temporariamente suspensa para participar de licitação e impedida de contratar com a UENP;
- f) empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, a partir da publicação do ato na Imprensa Oficial.

10.6 Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão e da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

11 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 O licitante deverá enviar sua proposta e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema **Compras.gov.br**, no prazo previsto neste edital.

11.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.

11.3 O critério de julgamento das propostas será o de **Menor Preço por Lote**.

11.4 O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sendo considerado como tal em caso de omissão.

11.5 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora defini-



da no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência das propostas.

12 - DO MODO DE DISPUTA

12.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**Aberto e Fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 minutos, aleatoriamente determinado (randômico), findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.3.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, o sistema convocará os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, para oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

12.4.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.5 Poderá o pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

13 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e sistema eletrônico indicados neste Edital.

13.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital,



tenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.

13.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e os licitantes.

13.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 12.3 deste Edital.

13.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da sessão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.13 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas/empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das



demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

13.14 Nessas condições, as propostas de microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.15 A ME/EPP melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.16 Caso a microempresa/empresa de pequeno porte melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.17 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

13.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.20 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

13.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.23 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, como folders, catálogos e etc.

13.24 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 13.23.

13.25 Encerrada a fase de lances, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.



13.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- a) não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- b) contenha vício insanável ou ilegalidade;
- c) não apresente as especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos;
- d) apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

14.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

14.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro), sob pena de não aceitação da proposta.

14.4.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

14.4.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se catálogos e outros documentos referentes aos itens ofertados.

14.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

14.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.8 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



14.9 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.10 Sempre que a proposta não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

14.11 Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita.

14.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante arrematante, observado o disposto neste Edital.

15 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

15.1 Os licitantes arrematantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a especificação do objeto ofertado e o preço proposto, e os documentos de habilitação até a data e o horário estabelecidos pelo Pregoeiro.

15.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

15.3 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

15.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

15.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de disputa.

16 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

16.1 Os documentos para habilitação que deverão ser inseridos no sistema Compras.gov.br são os seguintes:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração contratual, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores – os documentos podem ser substituídos por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos



representantes legais da proponente e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 06 (seis) meses;

- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) **Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (CND Federal)**, mediante a apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, inclusive contribuições sociais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) **Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual (CND Estadual)**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (CND Municipal)**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, ou outra equivalente, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa proponente;
- f) **Certificado de Regularidade de Situação - CRF (FGTS)**;
- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**;
- h) **Certidão do Distribuidor probatória de inexistência de processos de falência e concordata, ou recuperação judicial e extrajudicial**. Não constando o prazo de validade, será aceita somente a certidão expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura das propostas;
- i) **Declaração Conjunta** (Declaração de Conhecimento do Edital, de Inexistência de Fato Impeditivo, de Não Utilização de Mão de Obra de Menores, de Atendimento À Política Ambiental de Licitação Sustentável, de Reserva de Cargos, de Responsabilidades);

16.2 Conforme o contido na Lei Complementar nº 123/06, na habilitação de micro-empresa ou empresa de pequeno porte, “havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.”.

16.2.1 As Microempresas/Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

16.3 Ainda em referência a Lei Complementar 123/2006 será aplicado o benefício do empate ficto às microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 e 45).



16.4 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital, que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

16.4.1 A habilitação do licitante com cadastro completo no SICAF ou GMS/CFPR poderá ser verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos (habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômica financeira), dispensando o envio desta documentação, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

16.4.1.1 Ao licitante inscrito no SICAF ou GMS/CFPR, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida nestes sistemas, será facultada a apresentação da documentação atualizada na plataforma Compras.gov.br.

16.5 No caso de alguma certidão negativa estar ausente ou vencida, tratando-se de documentos passíveis de serem consultados na internet, poderá o pregoeiro realizar consulta aos sites emissores para verificação da regularidade da empresa arrematante.

17 - DA HOMOLOGAÇÃO

17.1 Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no edital, tanto no tocante à proposta quanto à documentação de habilitação, o licitante que ofertar o menor preço será declarado vencedor, pelo Pregoeiro.

17.2 Depois de resolvidos os recursos eventualmente formulados ou, em caso de sua inexistência, os autos serão encaminhados à autoridade competente, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação. para homologação do resultado do certame, podendo, ainda, revogar a licitação por interesse público ou anulá-la se constatada alguma irregularidade.

17.3 Homologada a presente licitação, a UENP convocará o adjudicatário para assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil, em até 05 (cinco) dias úteis (prorrogável a critério da UENP), sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.



17.4 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.5 A UENP poderá, quando o convocado não assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil no prazo e condições estabelecidos neste edital: convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços; ou revogar a licitação.

17.5.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 1º colocado, a UENP poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

17.6 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

18 – DOS RECURSOS

18.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

18.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico.

18.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico.

18.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

18.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo Pregoeiro.



18.4 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

19.1.1 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar por prazo não superior a 02 (dois) anos,
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a UENP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

19.1.2 Para aplicação das sanções administrativas, a UENP levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

19.2 A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

19.3 A sanção administrativa de **MULTA** poderá ser de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, e será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.



- e) apresentar documento falso;
- f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

19.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

19.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

19.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

19.7 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR).

19.8 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

19.8.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

19.9 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

19.10 A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

19.11 A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20 - DA SUBCONTRATAÇÃO



20.1 Não será permitida a subcontratação do objeto.

21 - DO FISCAL E DO GESTOR DO CONTRATO

21.1 A fiscalização dos serviços será realizada pelo Rui Gonçalves Elias, Pró-reitor da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC.

21.2 A responsabilidade pela gestão do contrato caberá à servidora Yara Cristina da Silva, alocada na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 A Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, por sua autoridade competente, poderá revogar ou invalidar esta licitação, em qualquer de suas fases, fundamentando os motivos que determinarem sua extinção.

22.2 Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, poderão ser solicitados à Comissão de Licitação da UENP, pelo e-mail licitacao@uenp.edu.br.

22.3 No julgamento das propostas e da habilitação a Comissão poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23 - DOS ANEXOS DO EDITAL

23.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01 – Relação de Itens.

ANEXO 02 – Modelo de Proposta de Preço.

ANEXO 03 – Modelo de Declaração Conjunta.

ANEXO 04 – Modelo de Declaração de Micro Empresa/Empresa de Pequeno Porte.

ANEXO 05 – Minuta de Contrato.

Jacarezinho, 04 de agosto de 2026.

Lucas Coelho Leal
Pregoeiro



ANEXO 01
PREGÃO ELETRÔNICO nº 23/2026
ANEXO 01
RELAÇÃO DE ITENS

Lote 01:

Item	Gov	Descrição	Código GMS	Unid.	Qtd.	Valor Máximo	
						R\$ Unit.	R\$ Total
1	1	Canetinha colorida Material: Plástico Material Ponta: Feltro Aplicação: Papel Caneta hidrográfica colorida, estojo com 12 cores.	7503 36977	Estojo	38	R\$ 15,13	R\$ 574,94
2	2	Kit caneta retroprojeter Kit de caneta para retroprojeter, com ponta média aproximada de 2,0 mm, tinta à base de álcool ou equivalente, de alta fixação e resistente à água, indicada para escrita em superfícies lisas, em cores variadas (coloridas), emba- lagem contendo 6 unidades.	7504 6242	Estojo	13	R\$ 33,86	R\$ 440,18
3	3	Lápis de cor Composição: ceras e madeira Ponta resistente. Fácil de apon- tar. Cores fortes. Caixa com 24 cores.	7503 10122	Caixa	20	R\$ 28,97	R\$ 579,40
4	4	Tinta guache branca Tinta guache, cor branco, frasco com 250 ml, atóxica, solúvel em água, com boa cobertura, indica- da para aplicação em papel, car- tolina, madeira, cerâmica, gesso, E.V.A. e materiais similares, aten- dendo às normas de segurança do INMETRO.	7503 37089	Unitário	10	R\$ 10,83	R\$ 108,30
5	5	Tinta guache preta Tinta guache, cor preto, frasco com 250 ml, atóxica, solúvel em água, com boa cobertura, indica- da para aplicação em papel, car- tolina, madeira, cerâmica, gesso, E.V.A. e materiais similares, aten- dendo às normas de segurança do INMETRO.	7503 95204	Unitário	10	R\$ 10,85	R\$ 108,50



6	6	Tinta guache azul Tinta guache, cor azul, frasco com 250 ml, atóxica, solúvel em água, com boa cobertura, indicada para aplicação em papel, cartolina, madeira, cerâmica, gesso, E.V.A. e materiais similares, atendendo às normas de segurança do INMETRO.	7503 77473	Unitário	10	R\$ 9,79	R\$ 97,90
7	7	Tinta guache verde Tinta guache, cor verde, frasco com 250 ml, atóxica, solúvel em água, com boa cobertura, indicada para aplicação em papel, cartolina, madeira, cerâmica, gesso, E.V.A. e materiais similares, atendendo às normas de segurança do INMETRO.	7503 77475	Unitário	10	R\$ 9,75	R\$ 97,50
8	8	Tinta guache vermelha Tinta guache, cor vermelho, frasco com 250 ml, atóxica, solúvel em água, com boa cobertura, indicada para aplicação em papel, cartolina, madeira, cerâmica, gesso, E.V.A. e materiais similares, atendendo às normas de segurança do INMETRO.	7503 77476	Unitário	10	R\$ 9,99	R\$ 99,90
9	9	Tinta guache amarela Tinta guache, cor amarelo, frasco com 250 ml, atóxica, solúvel em água, com boa cobertura, indicada para aplicação em papel, cartolina, madeira, cerâmica, gesso, E.V.A. e materiais similares, atendendo às normas de segurança do INMETRO.	7503 77472	Unitário	10	R\$ 10,83	R\$ 108,30
10	10	Massa de modelar Composição básica: amido. Deverá ser macia; não grudar nas mãos e não esfarelar; não endurecer em contato com o ar; estojo com 12 cores sortidas composta por pigmentos orgânicos atóxicos.	7503 76718	Caixa	20	R\$ 8,10	R\$ 162,00
11	11	Tesoura sem ponta Lâmina em aço inoxidável reforçada, cabo emborrachado anatômico colorido, ponta arredondada. Tamanho, aproximadamente, 5 pol.- 13,5cm	7504 33470	Unitário	40	R\$ 7,38	R\$ 295,20
12	12	Tesoura para uso geral Tamanho mínimo 21 cm. Material	7504 2525	Unitário	25	R\$ 18,37	R\$ 459,25



		da lâmina: aço inox. Cabo emborachado anatômico.				
13	13	Refil de bastão de cola quente grossa Descrição: bastão de silicone 30cm x 11mm, acondicionado em pacote plástico, composição: Silicone, produto transparente. Embalagem de 500g. 7504 14028	Pacote	7	R\$ 41,12	R\$ 287,84
14	14	Refil de bastão de cola quente fina Descrição: bastão de silicone 30cm x 7mm, acondicionado em pacote plástico, composição: Silicone, produto transparente. Embalagem de 1kg. 7504 43057	Pacote	2	R\$ 61,78	R\$ 123,56
15	15	Bobina de papel kraft Material: semi-kraft. LARGURA: 60 cm, COR: Natural, GRAMATURA: 80 g/m², EMBALAGEM: Bobina com 200 m. 8107 71307	Unitário	6	R\$ 146,65	R\$ 879,90
16	16	Cola branca escolar Cola, TIPO: Plástica, Líquida, COR: Branca, COMPOSIÇÃO: À base de PVA e água. Não tóxica, lavável e com bico regulador de abertura. EMBALAGEM: Tubo com 110 gramas. 7504 2494	Unitário	40	R\$ 8,83	R\$ 353,20
17	17	Cola branca escolar 1kg Descrição: cola líquida branca escolar, tubo com peso líquido 1kg, não tóxica, lavável, contendo acetato de polivinila e bico dosador. Selo do INMETRO no tubo. 7504 60868	Unitário	7	R\$ 41,10	R\$ 287,70
18	18	Cola de silicone Cola, TIPO: Silicone, COR: Transparente, ASPECTO: Líquida. Embalagem de 100g. 7504 59950	Unitário	30	R\$ 8,89	R\$ 266,70
19	19	Cartolina branca Material: Celulose Vegetal Cor: branca. Gramatura mínima 140g. Tamanho aproximado: 50 x 66 cm Embalagem com 10 folhas. 7502 32380	Pacote	11	R\$ 12,84	R\$ 141,24
20	20	Placa de EVA marrom Placa de EVA liso. Cor: marrom. Tamanho: 40x60cm; espessura mínima 1,5mm; Embalagem com 10 unidades. 7503 97601	Pacote	7	R\$ 27,46	R\$ 192,22
21	21	Placa de EVA vermelho Placa de EVA liso. Cor: vermelho vivo. Tamanho: 40x60cm; 7503 97599	Pacote	7	R\$ 29,30	R\$ 205,10



		espessura mínima 1,5mm; Embalagem com 10 unidades.				
22	22	Placa de EVA laranja Placa de EVA liso. Cor: laranja. Tamanho: 40x60cm; espessura mínima 1,5mm; Embalagem com 10 unidades. 7503 83941	Pacote	10	R\$ 28,97	R\$ 289,70
23	23	Placa de EVA amarelo Placa de EVA liso. Cor: amarelo. Tamanho: 40x60cm; espessura mínima 1,5mm; Embalagem com 10 unidades. 7503 97598	Pacote	9	R\$ 28,97	R\$ 260,73
24	24	Placa de EVA verde Placa de EVA liso. Cor: verde claro. Tamanho: 40x60cm; espessura mínima 1,5mm; Embalagem com 10 unidades. 7503 97600	Pacote	8	R\$ 27,30	R\$ 218,40
25	25	Placa de EVA verde Placa de EVA liso. Cor: verde escuro. Tamanho: 40x60cm; espessura mínima 1,5mm; Embalagem com 10 unidades. 7503 105931	Pacote	8	R\$ 23,00	R\$ 184,00
26	26	Placa de EVA branca Placa de EVA liso. Cor: branco. Tamanho: 40x60cm; espessura mínima 1,5mm; Embalagem com 10 unidades. 7503 83947	Pacote	8	R\$ 27,89	R\$ 223,12
27	27	Placa de EVA preto Placa de EVA liso. Cor: preto. Tamanho: 40x60cm; espessura mínima 1,5mm; Embalagem com 10 unidades. 7503 97602	Pacote	11	R\$ 28,63	R\$ 314,93
28	28	Placa de EVA roxo Placa de EVA liso. Cor: roxo. Tamanho: 40x60cm; espessura mínima 1,5mm; Embalagem com 10 unidades. 7503 92667	Pacote	5	R\$ 27,30	R\$ 136,50
29	29	Papel vergê Papel vergê branco, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m², embalagem com 50 folhas. 7502 14420	Pacote	20	R\$ 28,83	R\$ 576,60
					Total	R\$ 8.072,81



Lote 02:

Item	Gov	Descrição	Código GMS	Unid.	Qtd.	Valor Máximo	
						R\$ Unit.	R\$ Total
1	30	Tapete tatame infantil. Tapete tatame infantil dobrável, dupla face com estampas diferentes, térmico, confeccionado em espuma XPE ou equivalente, dimensões aproximadas de 150 x 180 cm, espessura aproximada de 8 mm, impermeável, antiderrapante, com bolsa para transporte.	7203 60703	Unitário	1	R\$ 132,97	R\$ 132,97
2	31	Quebra-cabeça educativo Quebra-cabeça educativo, com no mínimo 20 peças, confeccionado em material resistente (madeira, MDF ou equivalente), com acabamento seguro, cores variadas, preferencialmente com temática de animais, indicado para crianças a partir de 4 anos.	7802 106668	Jogo	2	R\$ 49,63	R\$ 99,26
3	32	Quebra-cabeça 30 peças. Quebra-cabeça educativo infantil, com aproximadamente 30 peças, confeccionado em madeira ou equivalente, com temática lúdica (animais ou personagens), cores vivas e acabamento seguro, indicado para crianças a partir de 3 anos	7802 110008	Jogo	2	R\$ 41,60	R\$ 83,20
						Total	R\$ 315,43

Lote 03:

Item	Gov	Descrição	Código GMS	Unid.	Qtd.	Valor Máximo	
						R\$ Unit.	R\$ Total
1	33	Jogo de xadrez. Tabuleiro de xadrez magnético, dobrável e portátil, tamanho máximo do tabuleiro aberto 25x25cm, peças magnéticas, confeccionado em plástico resistente ou equivalente, contendo 32 peças, indicado para uso educacional e recreativo.	7802 4086	Unitário	30	R\$ 51,57	R\$ 1.547,10
2	34	Relógio de xadrez. Relógio digital para xadrez, com	7801 56918	Unitário	5	R\$ 219,74	R\$ 1.098,70



		temporizador duplo, visor LCD ou equivalente, contagem de tempo para dois jogadores, alarme sonoro, confeccionado em plástico resistente, portátil, alimentação por pilha ou bateria.				
3	35	Jogo de dominó. Jogo de dominó tradicional, contendo 28 peças (duplo-seis), confeccionadas em material resistente, com dimensões aproximadas de 5 cm, acondicionado em estojo ou caixa, indicado para uso recreativo.	7802 4091	Unitário	1	R\$ 67,84
						Total
						R\$ 2.713,64

Lote 04:

Item	Gov	Descrição	Código GMS	Unid.	Qtd.	Valor Máximo	
						R\$ Unit.	R\$ Total
1	36	Saco plástico. Saco plástico transparente, dimensões aproximadas de 25 x 37 cm, confeccionado em celofane ou material equivalente, pacote com 100 unidades.	6510 10236	Pacote	5	R\$ 31,72	R\$ 158,60
2	37	Saco plástico. Saco plástico transparente, dimensões aproximadas de 20 x 29 cm, confeccionado em celofane ou material equivalente, pacote com 100 unidades.	6510 59836	Pacote	5	R\$ 23,92	R\$ 119,60
3	38	Fitilho. Fitilho plástico liso, largura aproximada de 5 mm, comprimento aproximado de 50 m por rolo, confeccionado em polietileno, polipropileno ou equivalente, cores sortidas, vivas e diferentes entre si, pacote com 10 rolos.	6601 7382	Pacote	1	R\$ 21,72	R\$ 21,72
4	39	Barbante. Barbante nº 6, cor natural (cru), peso aproximado de 600 g, confeccionado em algodão ou equivalente, indicado para uso geral e artesanal.	6601 86778	Unitário	1	R\$ 18,44	R\$ 18,44
5	40	Palito de madeira. Palito de madeira tipo sorvete, formato redondo, superfície lisa,	7303 40621	Pacote	3	R\$ 6,28	R\$ 18,84



		sem farpas, dimensões aproximadas padrão, pacote com 100 unidades.					
6	41	Argila. Argila natural para modelagem, com boa plasticidade, adequada para secagem ao ar e queima em forno, reidratável, fornecida em 10 pacotes de aproximadamente 1 kg, totalizando cerca de 10 kg.	6607 62212	Pacote	10	R\$ 34,86	R\$ 348,60
						Total	R\$ 685,80

Lote 05:

Item	Gov	Descrição	Código GMS	Unid.	Qtd.	Valor Máximo	
						R\$ Unit.	R\$ Total
1	42	Jogo de cartas – GROK. Jogo de cartas educativo baseado em comunicação não violenta, contendo no mínimo 150 cartas (sentimentos e necessidades) e manual com múltiplas formas de uso, indicado para atividades individuais e em grupo (até aproximadamente 25 participantes). Jogo de cartas Jogo de cartas destinado ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, comunicação interpessoal e reconhecimento de sentimentos e necessidades, baseado nos princípios da comunicação não violenta (CNV). O conjunto deverá conter, no mínimo: • 75 cartas de sentimentos; • 75 cartas de necessidades; • 1 manual de instruções, contendo múltiplas formas de utilização (mínimo de 20 formas de jogo ou equivalente). O jogo deverá permitir diferentes dinâmicas de uso, incluindo aplicação individual e em grupos, sendo adequado para 1 a até aproximadamente 25 participantes, ou equivalente. Deverá ser indicado para uso em contextos educacionais,	7802 97642	Unitário	1	R\$ 152,78	R\$ 152,78



		terapêuticos e institucionais. O material deverá possuir qualidade adequada de impressão e resistência, garantindo durabilidade no manuseio.					
2	43	Jogo educativo de tabuleiro – Como eu me sinto? Jogo educativo destinado ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, auxiliando no reconhecimento, compreensão e expressão de emoções por crianças. O jogo deverá ser composto por tabuleiro e cartas com situações do cotidiano, nas quais o participante deverá analisar desafios e selecionar, de forma individual, uma solução entre alternativas apresentadas, enquanto os demais jogadores tentam identificar a escolha realizada. Deverá contemplar também dinâmicas de representação de emoções (ex.: por gestos, encenações ou descrições), estimulando a interação, empatia e comunicação entre os participantes. O conjunto deverá conter, no mínimo: • 01 tabuleiro; • 06 peões ou peças de movimentação; • 50 cartas de situações e desafios ou equivalente; • 24 fichas auxiliares para pontuação ou interação; • 1 manual de regras em língua portuguesa. O jogo deverá ser indicado para crianças a partir de 7 anos, com participação de 3 a 6 jogadores. O material deverá possuir boa qualidade de impressão, resistência e acabamento, garantindo durabilidade no uso frequente.	7802 112128	Unitário	2	R\$ 62,25	R\$ 124,50
3	44	Jogo educativo de tabuleiro – Ser Social. Jogo de tabuleiro destinado ao desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais,	7802 80688	Unitário	1	R\$ 70,88	R\$ 70,88



		estimulando a tomada de decisão e resolução de conflitos em situações do cotidiano. O jogo deverá ser composto por cartas com situações-problema, promovendo o aprendizado de forma lúdica. O conjunto deverá conter, no mínimo: • 01 tabuleiro com dimensões aproximadas: 25,5 x 19,4 x 4,4 cm. • 02 fichas ou peões; • 01 roleta ou mecanismo equivalente; • 8 fichas de pontuação ou recompensa; • 64 cartas de situações no mínimo; • 1 manual de instruções em língua portuguesa. Indicado para crianças a partir de 6 anos, com uso por 1 a 2 jogadores, ou equivalente.					
						Total	R\$ 348,16

Lote 06:

						Valor Máximo	
Item	Gov	Descrição	Código GMS	Unid.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	45	Fantoches Família Terapeutica Família terapêutica composta por conjunto de 18 bonecos, confeccionados em feltro ou material equivalente, com altura aproximada de 18 cm para personagens adultos e 10 cm para personagens infantis, permitindo a representação de diferentes composições familiares, incluindo famílias mistas, indicada para uso pedagógico ou terapêutico.	7802 112985	Kit	3	R\$ 334,27	R\$ 1.002,81
						Total	R\$ 1.002,81



Lote 07:

Item	Gov	Descrição	Código GMS	Unid.	Qtd.	Valor Máximo	
						R\$ Unit.	R\$ Total
1	46	Tela para pintura. Tela para pintura artística, indicada para tinta a óleo, acrílica, guache e aquarela, confeccionada em tecido 100% algodão ou equivalente, com preparação em primer acrílico branco, dimensões aproximadas de 30 x 40 cm, fixada em chassi de madeira resistente, com grampos na parte posterior.	7504 76177	Unitário	150	R\$ 21,79	R\$ 3.268,50
						Total	R\$ 3.268,50

Lote 08:

Item	Gov	Descrição	Código GMS	Unid.	Qtd.	Valor Máximo	
						R\$ Unit.	R\$ Total
1	47	Tapete colchonete. Colchonete confeccionado em EVA ou material equivalente, leve, macio, flexível, atóxico e lavável, com alça para transporte ou sistema equivalente, indicado para exercícios no solo, dimensões mínimas de 1,70m x 60 cm x 5 mm.	7801 107977	Unitário	30	R\$ 42,93	R\$ 1.287,90
						Total	R\$ 1.287,90



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

ANEXO 02

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ: _____ FONE: (____) _____

E-MAIL: _____

LOTE:

Item	Descrição	Mar- ca	Un.	Qtd.	Valor	
					R\$ Unit.	R\$ Total
1						
2						
...						
					Total	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados do responsável pela assinatura do contrato.

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

Dados Bancários da empresa:

Banco:

Agência:

C/C:

Local e data.

Representante Legal
Cargo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

ANEXO 03

DECLARAÇÃO CONJUNTA

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ: _____ FONE: (____) _____

E-MAIL: _____

1. CONHECIMENTO DO EDITAL

Que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação e capacidade técnica para execução do objeto da licitação.

2. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não estamos suspensos de participar de licitação e impedida de contratar com o Estado do Paraná, na forma do inc. III do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021 e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, na forma do inc. IV do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021;

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

a) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

b) Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XX-XIII da Constituição Federal.



4. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente (Decreto Estadual nº 6252 de 22 de março de 2006) e que se compromete a dar destinação adequada e correta aos materiais retirados das escavações e demais resíduos sólidos da obra, de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010.

5. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados à UENP, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, bem como ao Edital e anexos da licitação.

Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega da proposta.

_____, ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente)

Nome

RG/CPF

Cargo



PREGÃO ELETRÔNICO nº 23/2026

ANEXO 04

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ: _____ FONE: (____) _____

E-MAIL: _____

Declaramos, sob as penas da lei, para fins de participação na licitação aberta pelo EDITAL Nº 23/2026, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, da Universidade Estadual do Norte do Paraná – Reitoria, que somos uma Microempresa (ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), estando apta a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declaramos, ainda, que não nos enquadramos em nenhuma das hipóteses elencadas no artigo 3º, § 4º da referida Lei, inexistindo, portanto, qualquer restrição para o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

_____, ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente)

Nome

RG/CPF

Cargo



PREGÃO ELETRÔNICO nº 23/2026

ANEXO 05

MINUTA DE CONTRATO nº XX/2026

CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP), autarquia estadual de ensino superior, inscrita no CNPJ sob nº 08.885.100/0001-54, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 850, Centro, Jacarezinho/PR, CEP 86400-000, neste ato, representada por seu Reitor em Exercício, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, portador do RG nº *.78.16*-* SESP/PR, inscrito no CPF sob nº ***.098.20*-**.

CONTRATADA: #####, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº #####, com sede #####, neste ato representada por #####.

As partes têm entre si justo e acertado o presente Contrato, resultante da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico 23/2026 (GMS 1099/2026)**, Processo nº 25.888.430-2, **homologado em 00/00/2026**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, suas alterações e demais normas aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições especificadas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Este contrato tem por objeto a **aquisição de materiais educativos para suprir às necessidades da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC e do projeto de extensão Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJ da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, para atendimento à operação Rondon Paraná 2026.**

Lote:

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Valor	
					R\$ Unit.	R\$ Total
1						
2						
...						
					Total	

Parágrafo Único: Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando-se as partes em todos os seus termos, as condições



expressas no Pregão Eletrônico nº 23/2026, com seus anexos e a respectiva proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1 Pela aquisição do objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ #####. (#####)**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA

3.1 Os objetos deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, no seguinte endereço:

- **Reitoria:** Avenida Getúlio Vargas, nº 850 – Centro, Jacarezinho/PR – CEP 86.400-000;
- **Campus de Jacarezinho:** Avenida Manoel Ribas, nº 215, 1º Andar – Centro, Jacarezinho/PR – CEP 86.400-000.

3.2 As entregas dos objetos deverão ser realizadas em locais distintos e com sua respectiva quantidade, em embalagem original de fábrica, acompanhado de nota fiscal/fatura, das 08h às 12h, ou das 14h às 16h, na forma que segue:

- **Lote 01:**

Item	Descrição	Quantidade	
		Reitoria	CJ
1	Canetinha colorida	28	10
2	Kit caneta retroprojektor	10	3
3	Lápis de cor	20	-
4	Tinta guache branca	10	-
5	Tinta guache preta	10	-
6	Tinta guache azul	10	-
7	Tinta guache verde	10	-
8	Tinta guache vermelha	10	-
9	Tinta guache amarela	10	-
10	Massa de modelar	10	10



11	Tesoura sem ponta	40	-
12	Tesoura para uso geral	15	10
13	Refil de bastão de cola quente grossa	6	1
14	Refil de bastão de cola quente fina	-	2
15	Bobina de papel kraft	5	1
16	Cola branca escolar	30	10
17	Cola branca escolar 1kg	7	-
18	Cola de silicone	20	10
19	Cartolina branca	10	1
20	Placa de EVA marrom	7	-
21	Placa de EVA vermelho	7	-
22	Placa de EVA laranja	10	-
23	Placa de EVA amarelo	8	1
24	Placa de EVA verde	8	-
25	Placa de EVA verde-escuro	8	-
26	Placa de EVA branca	7	1
27	Placa de EVA preto	10	1
28	Placa de EVA roxo	5	-
29	Papel vergê	-	20

- **Lote 03:**

Item	Descrição	Quantidade	
		Reitoria	CJ
1	Jogo de xadrez.	30	-
2	Relógio de xadrez.	5	-
3	Jogo de dominó.	-	1

- **Lote 02, 04 e 05:** Entrega INTEGRAL no Campus Jacarezinho da UENP.
- **Lote 06, 07 e 08:** Entrega INTEGRAL na Reitoria da UENP.

3.3 O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega dos produtos.



3.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação mediante “atesto” na fiscal/fatura, circunstanciado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do processo.

3.5 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.7 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação enviada pela UENP.

3.8 Os objetos deverão ter garantia/validade mínima de 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis, contados do recebimento definitivo do material, prevalecendo a garantia/validade oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da publicação de seu extrato no DIOE/PR.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega definitiva do objeto e o atesto de conformidade do servidor responsável na nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 Constituem direitos da **CONTRATANTE** receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro: Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- I** - efetuar o pagamento ajustado à **CONTRATADA**;
- II** - dar à **CONTRATADA** as condições necessárias para regular execução do Contrato.
- III** - comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;



IV - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo: Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

I - prestar o fornecimento na forma ajustada com o CONTRATANTE;

II - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e seguros, decorrentes da execução do presente Contrato;

III - manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico nº 23/2026**;

IV - apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante a execução do Contrato, documentos que comprove o efetivo cumprimento da legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

V - Aceitar, se for necessário, acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 O CONTRATADO se incorrer em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

7.2 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar;

IV – Declaração de inidoneidade;

Parágrafo Primeiro: Para aplicação das sanções administrativas, a CONTRATANTE considerará a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Segundo: A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:



I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

Parágrafo Terceiro: A sanção administrativa de **MULTA** será aplicada por inexecução total ou parcial da obrigação, sujeitando o inadimplente à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observando-se os seguintes limites:

3.1 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197 do Decreto Estadual 10.086/2022.

3.2 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3.3 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pelo CONTRATANTE, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que o CONTRATANTE reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o CONTRATADO.

3.4 A retenção de pagamento de outros contratos, pelo CONTRATANTE, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

3.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

3.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e na Lei Estadual nº 20.656/2021, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013 e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

3.8 As multas previstas neste Contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Estadual.



Parágrafo Quarto: A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

Parágrafo Quinto: A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo Sexto: A não regularização da documentação pertinente à comprovação de regularidade fiscal por parte das microempresas e empresas de pequeno porte no prazo estabelecido no Edital, implica em descumprimento de obrigação passível de aplicação das sanções administrativas, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES E CORREÇÃO MONETÁRIA

8.1 No caso da necessidade de reajuste do valor deste contrato, nos termos do art. 6º, inc. LVIII da Lei 14.133/21, será adotado como índice o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE). A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

CLÁUSULA NONA - DO RECURSO FINANCEIRO

9.1 Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária nº 4560.19.571.33.8153. Natureza de despesa: 3390-3014. Fonte: 759.

Parágrafo Único: O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA, à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGIME DE FORNECIMENTO

10.1 Conforme definido pelo art. 6º, X, da Lei 14.133/21, o fornecimento do objeto contratado, será realizado em **REGIME DE FORNECIMENTO DE ENTREGA ÚNICA**, nos locais indicados na Cláusula Terceira, item 3.1 do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA/VALIDADE

11.1 Os objetos deverão ter garantia/validade mínima de 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis, contados do recebimento



definitivo do material, prevalecendo a garantia/validade oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

Parágrafo Primeiro: A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 180, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, ensejará a extinção do presente contrato.

Parágrafo Segundo: Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Quarto: A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar nas consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2022, sem prejuízo das demais sanções previstas.

Parágrafo Quinto: Conforme disposto no art. 90, § 7º da Lei 14.133/2022 será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual.

Parágrafo Sexto: O CONTRATADO reconhece, desde já, todos os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GESTOR E DOS FISCAIS

13.1 A fiscalização dos serviços será realizada pelo Rui Gonçalves Elias, Pró-reitor da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC.

13.2 A responsabilidade pela gestão do contrato caberá à servidora Yara Cristina da Silva, alocada na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na legislação abaixo e outras pertinentes ao objeto, ainda que não explicitadas:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- b) Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- d) Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;



- e) Lei no 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- f) Código Civil Brasileiro e, ainda, pelos preceitos de direito público e pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos.

14.2 Aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – LGPD

15.1 Quanto ao tratamento dos dados pessoais, as partes se comprometem a proteger os respectivos direitos fundamentais da liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inclusive nos meios digitais. Com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os referidos dados pessoais submetidos neste instrumento contratual, interesses legítimos, específicos, explícitos, no que couber, devem ser previamente informados ao titular, previstas nas hipóteses dos art. 7º, art. 11 e/ou art.14 da Lei 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, impossibilitadas de serem dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Jacarezinho/PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Jacarezinho, XX de XXXXXX de 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX
CONTRATADA

XXXXXXXXXX
GESTOR

XXXXXXXXXX
FISCAL

XXXXXXXXXX
TESTEMUNHA

XXXXXXXXXX
TESTEMUNHA

